

**IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO
POLÍGONO DA MACONHA****SOCIAL AND ECONOMIC IMPACTS OF THE
MARIJUANA POLYGON****IMPACTOS SOCIALES Y ECONÓMICOS DEL
POLÍGONO DE MARIHUANA**Antonio Gomes de Castro Neto¹
Antonio José Alves²**RESUMO**

Apesar de ter sido a primeira região a passar pelo processo de colonização, o Nordeste devido a diversos fatores políticos, econômicos e climáticos não se desenvolveu como as regiões mais ao sul do Brasil. Para estimular o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, os governos federal e estadual desenvolveram ao longo de várias décadas diversas políticas e a criação de órgãos para estimular o crescimento da região. A região do submédio São Francisco recebeu diversos desses investimentos por conta do potencial hídrico e de geração de energia. Mas apesar disso muitos trabalhadores rurais não se beneficiaram desses investimentos devidos os conflitos das famílias que controlam alguns municípios e a corrupção. Uma opção para esses agricultores foi o plantio da Cannabis sativa em razão do seu elevado valor agregado em comparação com outras culturas. O objetivo desse trabalho foi estabelecer como ocorreu o desenvolvimento do plantio de maconha na região do submédio São Francisco, originando o chamado “Polígono da Maconha”. Foi realizada uma revisão de literatura acerca do tema através de consulta em portais de periódicos indexados. A falta de controle nas políticas de investimento no desenvolvimento econômico e social do Nordeste, os conflitos de famílias e os problemas da seca foram os principais fatores observados para o desenvolvimento do plantio de maconha nos municípios próximos ao rio São Francisco. Apesar do combate ao tráfico pela polícia, é o trabalhador rural quem mais sofre e acaba sendo criminalizado, enquanto os verdadeiros traficantes dificilmente são pegos.

Palavras-Chave: Caatinga; Maconha; Polígono da maconha Rio São Francisco; Sertão.

ABSTRACT

¹ E-mail do autor correspondente: litaree@yahoo.com.

² E-mail: antonioalvesleac@gmail.com.

Despite being the first region to go through the colonization process, the Northeast, due to several political, economic and climatic factors, did not develop like the southernmost regions of Brazil. To stimulate the economic and social development of the Northeast, the federal and state governments developed, over several decades, several policies and the creation of bodies to stimulate the region's growth. The sub-middle São Francisco region received several of these investments due to its water and energy generation potential. But despite this, many rural workers did not benefit from these investments due to conflicts between families that control some municipalities and corruption. One option for these farmers was the planting of Cannabis sativa due to its high added value compared to other crops. The objective of this work was to establish how the development of marijuana cultivation occurred in the sub-middle São Francisco region, originating the so-called "Marijuana Polygon". A literature review was carried out on the topic through consultation on indexed journal portals. The lack of control over investment policies in the economic and social development of the Northeast, family conflicts and drought problems were the main factors observed for the development of marijuana cultivation in municipalities close to the São Francisco River. Despite the fight against trafficking by the police, it is rural workers who suffer most and end up being criminalized, while real traffickers are rarely caught.

Keywords: Sertão. Caatinga. São Francisco River. Marijuana. Marijuana polygon.

RESUMEN

A pesar de ser la primera región en pasar por el proceso de colonización, el Nordeste, debido a diversos factores políticos, económicos y climáticos, no se desarrolló como las regiones más australes de Brasil. Para estimular el desarrollo económico y social del Nordeste, los gobiernos federal y estatal desarrollaron, a lo largo de varias décadas, diversas políticas y la creación de órganos para estimular el crecimiento de la región. La región submedia de São Francisco recibió varias de estas inversiones debido a su potencial de generación de agua y energía. Pero a pesar de ello, muchos trabajadores rurales no se beneficiaron de estas inversiones debido a conflictos entre familias que controlan algunos municipios y a la corrupción. Una opción para estos agricultores fue la siembra de Cannabis sativa por su alto valor agregado respecto a otros cultivos. El objetivo de este trabajo fue establecer cómo ocurrió el desarrollo del cultivo de marihuana en la región submedia de São Francisco, originando el llamado "Polígono de Marihuana". Se realizó una revisión de la literatura sobre el tema mediante consulta en portales de revistas indexadas. La falta de control sobre las políticas de inversión en el desarrollo económico y social del Nordeste, los conflictos familiares y los problemas de sequía fueron los principales factores observados para el desarrollo del cultivo de marihuana en los municipios cercanos al río São Francisco. A pesar de la lucha policial contra la trata, son los trabajadores rurales los que más sufren y acaban siendo criminalizados, mientras que los verdaderos traficantes rara vez son atrapados.

Palabras-Clave: Sertón. Caatinga. Río São Francisco. Marihuana. Polígono de marihuana.

1. INTRODUÇÃO

O Sertão é uma região de contrastes e complexidades, partindo do conceito da própria palavra que designa o espaço geográfico. Não se sabe ao certo a origem da palavra. Acredita-se ser uma corruptela ou abreviação de “desertão”, termo utilizado pelos portugueses para “deserto grande”, relativo às vastas regiões despovoadas da África Equatorial. Ou de “sertão” também de origem portuguesa com o significado de “lugar oculto, ou sem arvoredo, longe da costa” (Antonio-Filho, 2011).

De fato, para a geografia, Sertão corresponde a toda região do interior do Brasil a qual passou a ser desbravada ainda no século XVI para a criação de gado. Devido o cultivo da cana-de-açúcar no litoral, o gado bovino é deslocado para o interior devido os animais avançarem sobre as plantações. Essa interiorização irá dar os contornos, sobretudo, do Sertão nordestino (Vieira, 2019).

Por conta disso as primeiras vilas do Sertão passam a surgir de fazendas de criação de gado e de outros produtos agrícolas como cebola, tomate e algodão. Muitas dessas vilas, fundadas a partir de fazendas, passam a ser controladas pelas famílias que se estabeleceram na região, muitas envolvidas com problemas de violência devido às disputas de terras (Porto, 2018). Esses conflitos entre essas famílias persistem até os dias de hoje, estando associados ao cangaço e a pistolagem, ganhando outros contornos e complexidades. Além das disputas de terras, questões como vingança ou rivalidade política acabam se associando nesse contexto aumentando ainda mais os níveis de violência nessas localidades (Melo; Cruz, 2021).

Com as constantes secas, sobretudo no século XX, as quais comprometeram várias fazendas, muitos proprietários, inclusive pequenos produtores, passam a buscar novos cultivos. Uma planta passa a ganhar destaque, devido ter se adaptado bem ao clima da caatinga e por possuir um alto valor agregado, a *Cannabis sativa*. Por ser uma planta heliófila e resistente às pragas, a maconha passa ser cultivada, à princípio, como alternativa nos períodos de longa estiagem pelos pequenos agricultores como forma de subsistência. Devido à falta de políticas

públicas eficazes de subsídios, essa passa a ser uma forma de geração de renda, contudo, devido ser ilícita, acaba por trazer mais um elemento de violência para o Sertão, o tráfico (Patriota; Sá; Sato, 2021).

O tráfico de drogas passa a se associar com os outros aspectos de violência no Sertão, aumentando ainda mais a complexidade dessa problemática. As redes de tráfico se ramificam por diversos setores, tanto nas famílias tradicionais, como também na política e na economia desses municípios. Muitos trabalhadores rurais passam a ter o cultivo da Cannabis como sua principal fonte de renda, contudo devido esse plantio ser considerado ilícito, passam a serem alvos das investidas da polícia (Villela, 2019).

O pequeno trabalhador do campo vive agora um dilema. Tem no cultivo da maconha uma fonte de renda para subsistir, mas ao mesmo tempo, pode ser preso devido a ilicitude desse plantio. As áreas de plantio então começam a ser então escondidas para dificultar serem descobertos pela polícia. Apesar disso muitos desses plantadores acabam sendo condenados por tráfico ou por associação ao tráfico, quando muitas vezes dispõem de poucas opções para poder plantar outras culturas ou são vítimas do aliciamento dos grandes traficantes (Moreira, 2007).

A região do Submédio São Francisco, principalmente no estado de Pernambuco, ganhou destaque nessas plantações de Cannabis, sendo denominado de “Polígono da Maconha”. Devido a vasta área e a água proporcionada pelo rio São Francisco e seus afluentes, além de elementos como a seca e a pobreza de muitos agricultores, as plantações de maconha floresceram na região, tornando-a uma das mais violentas e complexas do Sertão e do Brasil.

Baseado no exposto esse trabalho visa discutir, através de uma revisão de literatura, como o plantio da Cannabis sativa surgiu e se desenvolveu na região do Submédio São Francisco de Pernambuco passando a ser chamado de “Polígono da Maconha”, e como as complexidades da região fazem esse contexto perpetuar-se.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho consta de uma revisão integrativa de literatura buscando identificar quais os principais aspectos geográficos e sociais da região do Submédio São Francisco do estado de Pernambuco, também denominado de “Polígono da Maconha”. Para isso foram feitas consultas em portais como Scientific Electronic Library Online – Scielo, Google Acadêmico e Directory of Open Access Journals – DOAJ utilizando-se como palavras-chave: “sertão”, “caatinga”, “rio São Francisco”, “maconha”, “polígono da maconha”.

Foram pesquisados trabalhos compreendidos no período de 2003 a 2023. O extenso período de buscas foi definido devido à escassez de trabalhos com a temática, sendo muitos voltados a outros aspectos geográficos e sociais da região estudada. Utilizou-se de artigos completos publicados em periódicos indexados e também de trabalhos completos publicados em anais de eventos, além de livros e trabalhos de conclusão de cursos de graduação ou pós-graduação contendo informações pertinentes à temática da pesquisa. Alguns trabalhos com datas anteriores à estabelecida foram incluídos, devido sua relevância e por serem referências em diversos conceitos utilizados. Foram excluídos resumos e trabalhos que não foram encontrados em sua totalidade.

Por ser uma pesquisa de caráter regional, foram pesquisados apenas trabalhos no idioma português, devido à maioria das pesquisas feitas nessa área estarem neste idioma. Após as leituras dos trabalhos pesquisados, foram divididos os conteúdos nos blocos temáticos apresentados: “colonização do Sertão nordestino”, “geopolítica do Sertão nordestino” e “a maconha no Sertão nordestino”, utilizando-se das informações necessárias para a construção e desenvolvimento do texto.

3. RESULTADOS

Foram encontrados 362 trabalhos nos portais pesquisados relativos ao tema e às palavras-chaves utilizadas. Desses, após a leitura dos títulos e dos resumos foram selecionados 68 por se

enquadrarem a temática deste trabalho. Ao final foram selecionados 40 trabalhos por trazerem contribuições originais ou uma discussão mais aprofundada acerca do tema ou com informações relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Foi incluso um trabalho no idioma inglês devido à importância das informações do mesmo para a composição deste texto.

3.1 Colonização do sertão nordestino

Os portugueses ainda no século XVI trouxeram para o Brasil diversos animais domesticados e plantas tropicais da Ásia, África e Oceania. A princípio o gado servia para a alimentação, até a implantação do primeiro engenho de açúcar em 1516 na feitoria de Itamaracá, quando passou a servir como animal de tração (Souza, 2007).

Os espaços coloniais eram divididos em várzeas e interflúvios. As várzeas são terrenos baixos vizinhos aos cursos dos rios, normalmente inundados durante os períodos de cheias, ocorrendo o transporte de humus que fertiliza as terras. Esses terrenos eram utilizados para o sistema plantation de cana-de-açúcar. Os interflúvios são os terrenos elevados localizados entre os vales de dois rios. Por serem solos arenosos e de menor fertilidade, esses terrenos eram utilizados para a pecuária e a agricultura de subsistência (Campos, 2009).

Percebeu-se então o problema em desenvolver as duas atividades no mesmo espaço. O cultivo da cana-de-açúcar era a principal atividade econômica, sendo a pecuária uma atividade complementar e acessória. Basicamente a separação entre a criação de gado e o cultivo da cana era feita por cercas de pau-a-pique que serviam para prender os animais. Contudo, com o desmatamento esse procedimento passou a ser inviável. Por conta disso, o Governador-geral Tomé de Sousa determinou que as criações de gado só pudessem ocorrer a 10 léguas de Salvador, onde os animais pastariam soltos (Martins, 2015).

A cultura da cana-de-açúcar e a criação de gado estabeleceu assim uma linha divisória denominada de Travessão. Esse limite foi se propagando pelo interior, tornando-se cada vez

mais distante do litoral. O gado então foi o principal elemento povoador da hinterlândia. O termo hinterlândia vem do inglês hinterland e significa “grande área interiorana”. Esse termo também pode ser aplicado para uma área econômica drenada por um porto (Ferreira, 2013). Essas grandes áreas eram subdivididas em “Sertão de Dentro”, relativo ao interior da Bahia partindo-se da foz do rio São Francisco, e em “Sertão de Fora”, relativo ao litoral e regiões interioranas do Nordeste setentrional, partindo-se de Olinda (Vainfas, 2019).

O desbravamento do “Sertão de Dentro” ocorreu seguindo os cursos de rios como Vasa Barris, Itapicuru e Paraguaçu. Os criadores transpuseram a Chapada Diamantina atingindo o curso médio do rio São Francisco, daí ocorrendo o povoamento de região do sul da Bahia e do norte das Minas Gerais. Alguns desses criadores seguiram pelo norte ultrapassando o rio São Francisco instalando-se no sul do Piauí e do Maranhão. Outro grupo de criadores rumou pelas cachoeiras de Paulo Afonso e Sobradinho indo além do rio São Francisco fixando-se nos sertões de Pernambuco, Paraíba e Ceará (Costa, Farias, 2009).

Em relação ao “Sertão de Fora”, duas correntes pecuaristas partiram de Olinda. Um no sentido sul rumando até a margem direita do Rio São Francisco, seguindo rio acima povoando o Sertão de Pernambuco. A outra corrente seguiu a linha litorânea e se direcionou até o Pará, tendo sido responsável pelo povoamento do Rio Grande do Norte e do Ceará. Pegando ainda o curso do rio Açu e penetraram pelo Sertão da Paraíba (Costa, Farias, 2009).

Ambas as correntes faziam parte do movimento entradista e visavam além da ocupação das terras do interior defender a costa setentrional, a qual já havia sido alvo de ataques pelos franceses em 1612 quando estabeleceram a França Equinocial em São Luís do Maranhão (Vainfas, 2019).

A existência de barreiros e depósitos de sal na região do vale do São Francisco ofereceu melhores condições para a criação de gado, passando o rio São Francisco a ser conhecido como o “rio dos currais” (Arraes, 2013).

O desbravamento do Sertão nordestino ficou marcado pelos conflitos com as tribos indígenas, tanto que o Governador-geral chegou a pedir auxílio aos bandeirantes paulistas. Muitos dos sertanistas de contrato tornaram-se grandes fazendeiros de gado da região, tendo o poder em suas terras devido às armas. Esse processo de violência, a princípio, com os índios, foi-se perpetuando na região passando agora para as famílias consideradas rivais (Pacheco-Neto, 2015).

3.2 Geopolítica do sertão nordestino

A região Nordeste nem sempre existiu com hoje é conhecida. Apesar disso, desde seu processo de regionalização, foi tida durante muitos anos como a “região problema”, devido às questões climáticas e a pobreza da população (Araújo, 1997). O pesquisador Gilberto Freyre lança no ano de 1926 seu “Manifesto Regionalista” que defende a tradição cultural nordestina como forma de desmistificar que a região é formada apenas de retirantes, famintos, miseráveis, pobres e resistentes (Mesquita, 2016).

O governo do presidente Getúlio Vargas cria em 1945 através do Decreto-Lei 8.301, de 3 de outubro de 1945, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), a qual teria um prazo de cinquenta anos para fazer o aproveitamento da energia hidráulica do rio São Francisco entre Juazeiro na Bahia e Piranhas em Alagoas, para a distribuição direta de eletricidade para a maior parte do Nordeste. Essa área compreendia um raio de 450 Km em torno da cachoeira de Paulo Afonso compreendendo 347 municípios dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia com um total de 516.650 Km². Ao todo foram construídas cinco usinas hidrelétricas entre 1949 a 1985, formando o maior adensamento de hidrelétricas do país, o complexo hidrelétrico de Paulo Afonso. Por conta disso ocorreu um grande desenvolvimento econômico nos setores de comércio e serviços formando um enclave econômico no semiárido nordestino (Muccini, Malta, 2007).

Ainda no ano de 1945, é criada através do Decreto-Lei 8.846, de 28 de dezembro de 1945 a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), numa tentativa de combater os efeitos das secas com a construção de açudes. O IFOCS era uma modificação da Inspetoria de Obras Contra a Secas (IOCS), criada em 1909, pelo presidente Nilo Peçanha, como primeiro órgão a estudar a problemática das secas. Posteriormente, em 1963, o IFOCS será transformado em autarquia passando a ser denominado de Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) (Castro, 2015).

Apesar disso, os preconceitos com a região Nordeste ainda permaneceram e a partir da década de 1950, a região começa a ser discutida e reinventada. A partir de então, o Governo Federal passa a desenvolver diversas políticas de planejamento para estimular o desenvolvimento do Nordeste. Percebia-se nesse período a existência de dois nordestes. Um castigado pelas secas e outro das elites canavieiras decadentes as quais se diziam os porta-vozes dos interesses regionais. Essas oligarquias se aproveitaram da imagem da pobreza para ganhar força e obter poder em seus estados (Viana, Silva-Neto, 2019).

Foi criado então o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) pelo economista Celso Furtado, o qual viria a traçar um diagnóstico da situação da região e propor ações de intervenções do governo para do desenvolvimento do Nordeste. Para o GTDN as superações dos problemas da região deveriam ser por modernização da economia, a qual iria levar à urbanização, à organização da classe trabalhadora e, como resultado, à superação das oligarquias (Pessoa, Milani, 2016).

Baseado nos estudos da GTDN foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a qual era baseada em planejamentos, diagnósticos e propostas modernizantes envolvendo todos os setores produtivos. O objetivo principal da SUDENE era coordenar as ações do Governo Federal no processo de industrialização da região e solucionar os problemas agrários devido às secas. Nesse sentido foi criado o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) o qual tinha como propósitos: colonizar as terras despovoadas no estado do Maranhão e no oeste da Bahia; promover o aproveitamento das bacias dos rios São Francisco e

Parnaíba; dinamizar o aproveitamento dos tabuleiros costeiros da região e promover a reorganização fundiária no semiárido e na zona da mata (Pessoa, Milani, 2016).

Apesar disso, ao longo dos anos os objetivos da SUDENE acabaram por ser deturpados e no ano de 2001 o órgão foi extinto, tendo sido reestabelecido em 2007, mas com um campo de ação reduzido (Torres et al., 2019).

Na década de 1970, apesar das ações da SUDENE, percebe-se que os planos adotados não foram suficientes para minimizar os problemas do Nordeste. Nesse sentido uma nova visão de desenvolvimento passa a ser utilizada, baseada na interpretação de que a pobreza seria, sobretudo devido a posição periférica da região em relação aos centros urbanos e a acumulação de capital. O Nordeste seria uma periferia de centro de capital do Brasil, no caso, São Paulo. Contudo essa análise não leva em consideração os poderes políticos locais e como eles podem interferir no desenvolvimento regional. Esse conceito de periferia acaba por gerar a ideia que o Centro-Sul se beneficiava da pobreza do Nordeste. Ou seja, além dos problemas naturais, ainda existe a questão da perversidade do sistema econômico, dificultando ainda mais a superação e a integração da região (Ojima, Fusco, 2015).

O Brasil passa a enfrentar na década de 1980 uma de suas crises econômicas mais graves, com baixo crescimento industrial, poucos investimentos internos e externos, inflação elevada, crescimento das dívidas pública e externa, resultando em baixas taxas de crescimento econômico. Esse período foi considerado a “década perdida”, sobretudo para o Nordeste (Aquino, 2013).

A década seguinte, os anos 1990, sofreu as consequências do período anterior tendo uma alteração de cenário com a criação do Plano Real em 1994, o qual conseguiu reduzir a inflação e as taxas de juros (Carmargo, 2013). Uma nova visão de desenvolvimento para o Nordeste era desenhada, na qual a região não era mais o alvo do planejamento, e sim subunidades regionais delimitadas baseadas em elementos dinâmicos sinérgicos com os cenários nacional e internacional. Isso resultou numa nova regionalização do país tendo como

parâmetro as possibilidades de investimentos públicos e privados para o desenvolvimento econômico e social. Dessa forma as regiões foram substituídas por eixos nacionais de integração de desenvolvimento. Essa perspectiva instaurava uma nova geografia no país de forma a orientar os setores públicos e privados nos investimentos produtivos, sociais e ambientais. O Nordeste estava inserido em dois eixos, o Trans nordestino e o São Francisco (Rocha et al., 2010).

Essa nova divisão, contudo, não gerou redirecionamentos nas ações da SUDENE, mas serviu para revelar o Nordeste não como uma região homogênea, mas um espaço heterogêneo. A nova dinâmica econômica nacional acabava por levar em consideração essas dinâmicas regionais, criando estruturas modernas e dinâmicas as quais coexistem com segmentos econômicos mais tradicionais, tornando a realidade regional mais complexa e diferenciada.

3.3 A maconha no sertão nordestino

Os primeiros relatos da presença de plantações de maconha em Pernambuco remontam ao período colonial. No final do século XVIII, a coroa portuguesa distribuiu sementes de cânhamo e linho para agricultores da capitania de Pernambuco com o objetivo de produção de fibras para a indústria têxtil. Contudo, apesar das várias tentativas, as plantações não prosperaram, seja pela má qualidade das sementes distribuídas, seja pela falta de interesse dos agricultores em cultivar sementes de plantas consideradas estranhas. Somente durante o final do século XIX, já durante o período do Brasil Império, que ocorreram novas tentativas de investimento no plantio de cânhamo em Pernambuco, mais especificamente na região de Recife. Nessa época as plantações prosperaram, em parte pelo interesse dos produtores locais devido o declínio na produção de açúcar. Três fábricas de fibras de cânhamo prosperaram na capital pernambucana, mas com o tempo entraram em decadência, em parte por falta de incentivos do governo os quais começaram a se concentrar na produção de cânhamo principalmente no Rio de Janeiro (Rosa, 2018).

Somente na década de 1950 a maconha volta a ganhar destaque em Pernambuco, mais especificamente no Sertão do estado onde a planta era utilizada para fins terapêuticos, inclusive com conhecimento das autoridades da região (Ribeiro, 2002). Somente no final dos anos 1970 que se perceberam as condições propícias para o cultivo da *Cannabis sativa* às margens dos rios, sobretudo o São Francisco (Burton, 1977). Somente na década de 1980 que as plantações começaram a ganhar uma escala agroindustrial e Pernambuco destaca-se como o maior produtor de maconha do país (Iulianelli, 2000).

O aumento do plantio de maconha na região do submédio São Francisco ocorre devido a diversos fatores. No ano de 1983 ocorre a crise do algodão, na qual os algodoads do estado da Paraíba foram dizimados pela praga do bicudo, espalhando-se rapidamente pelas outras plantações da região (Oliveira, 2011). Além disso, ocorre o escândalo da mandioca. O Banco do Brasil fornecia linhas de crédito fácil para o financiamento da produção de mandioca. Contudo, verificou-se que foram concebidos mais financiamentos do que havia terras para plantar e nenhuma mandioca havia sido de fato semeada (Moreira, 2005). Soma-se a isso o desenvolvimento da fruticultura irrigada, a qual levou a muitos pequenos agricultores a trabalhar como assalariados para o agronegócio. O transporte de frutas como a manga mascarava o cheiro da maconha. Os trabalhadores que se sentiam oprimidos também perceberam que era uma forma de ganhar dinheiro, devido às crises e as faltas de financiamento (Moreira, 2007).

Utilizando um sistema de covas é possível plantar em 1 m² cerca de seis a oito plantas que possuem um período de cultivo de três a seis meses, considerado muito curto e que exige poucos insumos e é resistente às pragas. Na década de 1990, um hectare de maconha plantada rendia 100 vezes mais do que a mesma área plantada de café ou mandioca, 55 a de arroz e 10 vezes a de amendoim (Fraga, Iulianelli, 2011).

No Brasil, a maioria da produção de *Cannabis* ocorre nas regiões mais pobres do país, e essa produção tende a aumentar conforme a expansão do mercado interno. O cultivo de maconha da região do Polígono da Maconha no estado de Pernambuco, tem suprido a maior

parte do mercado das capitais e das cidades de médio porte da região Nordeste do Brasil. Oito das nove capitais dos estados que compõem a região Nordeste do Brasil estão a uma distância igual ou inferior a 550 km da região do Polígono da Maconha (Gonçalves, 2023).

A região denominada de “Polígono da Maconha” abrange uma vasta área, localizada nas fronteiras de quatro estados: Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Com a descoberta de plantações de Cannabis na Chapada do Araripe, a Polícia Federal também tem considerado o Ceará como pertencente à região pela sua proximidade. Originalmente, contudo, cidades do Ceará não estavam contabilizadas na geometria do Polígono. Corresponde a uma ampla área de aproximadamente 40.000 m², metade dela situada em Pernambuco. O número de cidades varia, segundo o órgão que a contabiliza, mas a cifra situa-se entre 20 e 30 municípios. Cidades como Orocó, Cabrobó, Belém do São Francisco, Salgueiro e Floresta se destacam como locais onde são encontradas significativas áreas de cultivo de maconha. Salgueiro se notabiliza tanto por sua importância como município, onde há expressivas plantações, quanto por sua localização estratégica, atravessado por quatro importantes rodovias que o conectam a outros estados do Nordeste, condição fundamental para o escoamento da produção local (Castro, 2020).

Estima-se que a maconha do submédio São Francisco abasteça cerca de 40% do mercado nacional, principalmente as capitais, as regiões metropolitanas e o interior do Nordeste. A maior parte da maconha consumida no Brasil vem do Paraguai e abastece os principais mercados nas regiões Sudeste e Sul como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, as regiões metropolitanas e as cidades de médio e pequeno porte desses estados. O Brasil é considerado o quinto maior produtor de maconha do continente Americano, mas sua produção não consegue abastecer todo o mercado nacional devido ao elevado consumo da droga (Pellegrini, 2015).

A região Nordeste do Brasil, onde o Polígono da Maconha está inserido, é a região mais pobre do país. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio dos municípios que compõem o Polígono da Maconha é de 0,654. A renda per capita média dos municípios que compõem o Polígono da Maconha, está abaixo da média brasileira e abaixo da média do estado

de Pernambuco. Já o índice Gini médio, que avalia a concentração de renda, dos municípios que compõem o Polígono Maconha é de 0,6. Com esses dados é possível observar que a região do Polígono da Maconha é constituída de municípios nos quais a maioria da população é de baixa renda e ocorre uma concentração de renda numa pequena parcela da população levando a uma desigualdade social (Oliveira, Zaverucha, Rodrigues, 2009).

Os conflitos de famílias, tradicionais na região, são um fator importante na difusão do plantio. A disputa pela hegemonia da produção é mais um aspecto para possibilitar a capitalização, como forma de garantir a defesa da família. O poder de fogo das famílias, especialmente na região de Cabrobó e Belém do São Francisco, se dá de forma similar às estratégias de guerrilha de Lampião (Moreira, 2005). Entre os anos de 1997 a 2000, das 10 cidades mais violentas do país, considerando esse indicador, duas estavam situadas na área do Polígono (Floresta e Belém do São Francisco) (Oliveira, 2011).

Os jovens são os grupos mais atingidos pela violência proveniente da intensificação de tensões relativas ao plantio. Geralmente, são os mais envolvidos como guardiões de plantações ou em atividades correlatas, próprias do universo desta atividade ilícita. O ingresso no cultivo ocorre por volta dos 13 anos, normalmente para assumir, perante a família, a responsabilidade do sustento da mesma. Isso seja para complementar a renda ou devido o pai ter sido assassinado. Como o plantio de produtos tradicionais como cebola, milho e feijão não dão o mesmo retorno financeiro que a maconha, muitos jovens resolvem aderir ao plantio da erva. No sistema de meeiro, o agricultor recebe todos os insumos (sementes, adubos...) e, depois, a colheita era dividida entre o fornecedor e o plantador. Quem vende a erva é o “patrão”, forma como é referida a pessoa a quem se associam. Não há controle por parte do plantador quanto ao preço pelo qual será vendida a produção. O sistema de meeiro, todavia, não é a única forma de relação entre agentes no plantio de maconha. Pode ocorrer a contratação por salário ou de compra da produção de pequenos produtores os quais são contratados para plantar e vender toda a sua plantação para um determinado negociante (Castro, 2020).

Os índices de homicídios da região do Polígono da Maconha chegam a ser superiores aos de algumas capitais brasileiras. O município de Belém do São Francisco possui um dos maiores índices de homicídios da região com cerca de 107,03 homicídios a cada 100.000 habitantes. O mercado de drogas tende a ser um mercado violento o que podem influenciar as taxas de homicídios na região, seja por cobranças do próprio tráfico, disputas por áreas de cultivo e conflitos contra a polícia ou entre grupos rivais (Gonçalves, 2023).

Trabalhos realizados pela Polícia Federal mostram que a classificação de imagens orientada a objetos foi possível realizar a detecção semiautomática de plantações de Cannabis nas imagens do satélite HRG-SPOT 5 através da combinação de padrões espaciais e espectrais no processo de classificação. Foram possíveis identificar áreas de ocorrência de cultivo de maconha em regiões semiáridas e em escala regional (Lisita; Sano; Durieux, 2012).

O período de cultivo varia de três a seis meses e durante esse tempo os trabalhadores não abandonam o local de plantio, formando acampamentos e revezando a vigilância a fim de evitar o roubo por parte de outros grupos. Contudo, acabam tornando-se vulneráveis às investidas da polícia, a qual já conhece esse período da colheita, o que muitas vezes acaba por gerar antecipações da safra (Castro, 2020).

Atualmente a própria polícia reconhece que suas ações estão limitadas à repressão e à destruição de lavouras. O número de pessoas presas em cada operação diminuiu nos últimos anos. Em primeiro lugar, porque os plantadores estão mais organizados e, em segundo lugar, porque a principal estratégia da polícia não é apenas prender, já que a maioria encarcerada é de pessoas sem importância no ciclo de financiamento, produção, venda e escoamento da droga, mas tentar causar prejuízo, desarticulando, assim, o esquema de financiamento. Ou seja, as operações sistemáticas da Polícia Federal, com a destruição das plantações, visam evitar que o ciclo de produção e venda se complete, acarretando prejuízo para aqueles que financiam o negócio e impedindo, portanto, que os recursos investidos e os devidos lucros retornem ao investidor com a venda do produto final (Fraga; Iulianelli, 2011).

As ações da polícia visam minimizar as áreas de cultivo e também tentar diminuir a violência. Entre os anos de 2010 e 2018, uma área acumulada de cerca de 3.415.499 m² de plantios de maconha foram erradicadas na região do Polígono da Maconha em cerca de 2.227 locais de cultivo mapeados. Isso equivale a cerca de 5.690.461 plantas destruídas nesse período. Apesar dos esforços das ações policiais, os responsáveis pelos plantios desenvolveram estratégias para minimizar os estragos no mercado, migrando para municípios de outros estados que tradicionalmente não compõe o Polígono da Maconha, como municípios nos estados do Ceará e do Piauí e desenvolvendo técnicas de cultivo para modificar os períodos de colheita (Patriota; Sá; Sato, 2021).

Os agricultores que trabalham no cultivo da maconha reconhecem que a atividade é ilegal, mas ponderam o fato por acharem que não estão prejudicando ninguém, pois não estão roubando, mas, apenas, trabalhando em um cultivo ilegal. Essa situação revela duas questões interessantes: o reconhecimento de que cultivar a maconha é um trabalho, embora considerado ilegal, uma atividade laboral que requer esforço. Como requer esforço e não estão prejudicando individualmente ninguém, então, não se consideram bandidos. Uma alusão à diferenciação dessa atividade daquelas praticadas por outros trabalhadores rurais é o fato de estarem envolvidos em um cultivo considerado proibido, mas a natureza de seu trabalho não é distinta da praticada por lavradores de produtos agrícolas tradicionais (Castro, 2020).

Percebe-se então que o maior prejudicado, tanto pelas questões financeiras, como pelas operações da polícia, é o trabalhador rural, único preso e condenado como traficante. O traficante, o financiador, aquele que centraliza e distribui as sementes, os adubos, os fertilizantes, a alimentação e o armamento, nunca, ou quase nunca, é preso (Moreira, 2007).

3.4 Regulamentação e perspectivas para a região do Polígono da Maconha

Diversos países têm regulamentado o consumo e o plantio da maconha nos últimos anos. Essas experiências têm levado a questionamentos de políticos e autoridades brasileiras acerca

da regulamentação da maconha no país. Recentemente várias legislações do Brasil têm facilitado a importação de medicamentos à base de Cannabis e alguns estados, inclusive Pernambuco, possuem legislações que permitem o plantio caseiro de maconha para a produção de extratos e óleos artesanais para o uso medicinal, para pacientes que precisam usar esse tipo de medicamento. Alguns pesquisadores discutem sobre a regulamentação do plantio da Cannabis na região do Polígono da Maconha, como forma de estimular a economia nesses municípios e também como forma de diminuir os índices de violência, a exemplo do que aconteceu no estado do Colorado nos Estados Unidos e no Uruguai (Rezende, Rosa, 2023).

O canabidiol (CBD) é o principal constituinte não psicoativo do cânhamo industrial, variedade que contém grande quantidade de CBD e baixo teor de tetrahydrocannabinol (THC) inferior a 0,2 % do peso seco. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) retirou o CBD, da lista de substâncias proibidas. Além do uso medicinal, existe ainda a possibilidade para produção da fibra de cânhamo, como mencionado anteriormente, estimulando os polos de indústria têxtil do estado. A versatilidade da planta permite a obtenção de vários produtos que podem ser utilizados na construção civil, indústrias automobilísticas, farmacêutica, de alimentos e de cosméticos. Pode ser produzido, ainda, máscaras, copos e canudos descartáveis, etanol, biodiesel, baterias, isolantes térmicos e outros produtos. (Delfino, 2021).

O modelo de como ocorreria essa regulamentação do plantio ainda é motivo de muitas discussões, sendo alguns pesquisadores a favor de um plantio regulado pelo mercado, similar ao modelo do Uruguai e outros a favor de um plantio feito por produtores privados, mas fiscalizado pelo estado, similar ao modelo do estado do Colorado.

A regulamentação da maconha traria benefícios para o desenvolvimento econômico da região do Polígono da Maconha que já demonstra grande potencial de produção. Apesar da região ser um local de contrastes e o atual modelo de proibição e de combate ao tráfico, no final acaba por perpetuar a problemática da região por apenas combater as consequências, mas sem enxergar as causas.

4. CONCLUSÕES

O desbravamento do Sertão nordestino deu-se principalmente para colonizar e ocupar as novas terras e também para criação do gado bovino, isso devido no litoral estarem às plantações de cana-de-açúcar. A exploração do “Sertão de Dentro” deu-se às margens dos rios, principalmente o São Francisco, sendo a água essencial à subsistência. Esse processo foi acompanhado de violência, sobretudo contra os índios nativos, mas também entre as famílias que organizavam essas expedições.

O Nordeste possui quatro subdivisões, sendo a que ocupa a maior área o Sertão. Essa sub-região possui o clima semiárido e vegetação da caatinga. A seca são períodos de poucas chuvas que assolam, principalmente, o Sertão gerando pobreza e fome aos moradores.

Por conta desses aspectos, os diversos governos federais e estaduais tiveram iniciativas para o desenvolvimento econômico do Sertão e tentativas de minimizar os danos causados pela seca. Foram criadas empresas e órgãos como a CHESF, DNOCS e SUDENE, contudo as soluções foram temporárias ou então passivas de corrupção, perpetuando a problemática.

Como forma de tentar ganhar dinheiro para subsistências, muitos agricultores do Sertão nordestinos, sobretudo às margens do rio São Francisco, passam a cultivar a Cannabis sativa. Por ser uma planta que se adaptou bem ao clima semiárido, resistente às pragas, que necessita de poucos cuidados e possui um elevado valor de venda em comparação com outras culturas, acabou por se tornar uma fonte de renda para diversas populações.

O cultivo da maconha disseminou-se pela região do submédio São Francisco e os municípios, sobretudo do estado de Pernambuco, onde ocorrem as maiores plantações passaram a integrar o denominado “Polígono da Maconha”.

A região do Polígono da Maconha é marcada pela violência entre as famílias que comandam alguns municípios, entre os traficantes na disputa por áreas de plantio, e pelas investidas da polícia no combate ao tráfico de drogas. O agricultor acaba por se tornar a maior vítima desses conflitos, por ser cooptado a trabalhar em um plantio ilícito para conseguir dinheiro e muitas vezes ser considerado traficante ou associado ao tráfico pela polícia acabando por ser preso.

A problemática do Polígono da Maconha é complexa e envolve vários atores e condições geográficas e sócias. Não basta apenas tentar combater o plantio das drogas sem conhecer os contextos nos quais os agricultores estão inseridos. Além das políticas de repressão, devem ser desenvolvidas políticas de auxílio e incentivo ao trabalhador rural para que migrem para outros plantios. O próprio agricultor já tem conhecimento que o plantio de maconha é ilícito, mas enquanto o poder público não atentar para a realidade na qual esses cidadãos estão inseridos, dificilmente a realidade do Polígono da Maconha irá mudar.

5. REFERÊNCIAS

- Antonio-Filho, F. D. Sobre a palavra “Sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). **Ciência Geográfica**. v. 15, n. 1, p. 84-87, 2011. https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_11.pdf
- Aquino, A. Efeitos da abertura econômica no Brasil dos anos 1990 em duas perspectivas comparadas. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**. v. 1, n. 2, p. 97-127, 2013. DOI: <https://doi.org/10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero>.
- Araújo, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudo Avançados**. v. 11, n. 29, p. 7-36, 1997. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8971/10523>
- Arraes, E. Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco. **Anais do Museu Paulista**. v. 21, n. 2. p. 47-77, 2013. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27330631003>
- Burton, R. **Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. São Paulo: EDUSP, 1977.
- Camargo, F. L. **Plano Real**: Uma análise crítica. [Monografia]. Curso de Ciências Econômicas. Centro de Ciências Administrativas. Universidade de Fortaleza. 2013. <https://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/mono-felipe.pdf>
- Campos, R. R. A Economia colonial nordestina: feudal ou capitalista? **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**. v. 1, n. 3, p. 51-63, 2009. <https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/44104/23325>

Castro, L. Fontes Oficiais para a História Social: Documentos do DNOCS em questão. *In: XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios*. Anais. Florianópolis: Santa Catarina, 2015.

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427416338_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2015Lara.pdf

Castro, M. Cannabis e desenvolvimento: mudanças sociais, políticas e econômicas no mercado da maconha. *Revista Ciências Humanas*, v. 13, n. 3, p. 145-155, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.32813/2179-1120.2020.v13.n3.a667>

Costa, A. A.; Farias, P. S. C. A Ocupação do Sertão Nordestino e da Amazônia. *In: Costa, A. A.; Farias, P. S. C. Formação Territorial do Brasil*. Campina Grande: EdUEP, 2009.

Delfino, L. **Análise do cânhamo como alternativa sustentável para um modelo de produção e consumo circular**. [Trabalho de Conclusão de Curso] Bacharelado em Administração. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas. Universidade de Brasília. 2021.

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/29905/1/2021_LucasDelfino_tcc.pdf

Ferreira, M. Sociabilidade e poder: Famílias tradicionais e práticas políticas no sertão do médio São Francisco. *Raízes*. v. 33, n. 1, p. 68-84, 2013. DOI:

<https://doi.org/10.37370/raizes.2013.v33.380>

Fraga, P. C. P.; Iulianelli, J. A. S. Plantios Ilícitos de ‘Cannabis’ no Brasil: Desigualdades, Alternativa de Renda e Cultivo de Compensação. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. v. 4, n. 1, pp. 11-39, 2011.

<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7205>

Gonçalves, C. F. Na rota da proibição: notas sobre uma investigação empírica a respeito da repressão policial no polígono da maconha e as novas configurações do crime organizado em Pernambuco. *In: Fraga, P.; Rosa, L.; Rezende, D. (orgs.). De maconha à Cannabis: entre política, história e moralidades*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023. p. 101-117.

<https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2023/09/De-maconha-%C3%A0-cannabis-entre-pol%C3%ADtica-hist%C3%B3ria-e-moralidades-Editora-UFJF.pdf>

Iulianelli, J. A. S. O gosto bom do bode: juventude, sindicalismo, reassentamento e narcotráfico no Submédio. *In: RIBEIRO, A. M. M.; IULIANELLI, J. A. (Org.). Narcotráfico e violência no campo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Lisita, A.; Sano, E. E.; Durieux, L. Detecting Potential Sites of Cannabis sativa Plantations by object-based, SPOT 5 HRG Image Classification. *In: 4th GEOBIA*. Anais. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2012. [http://mtc-m16c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-](http://mtc-m16c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m18/2012/05.15.13.30/doc/054.pdf)

[m18/2012/05.15.13.30/doc/054.pdf](http://mtc-m18/2012/05.15.13.30/doc/054.pdf)

Martins, A. Da sentença de Atouguia (1307) ao regimento de Tomé de Sousa para o Brasil (1548): semelhanças e novidades nas relações entre o poder régio e senhorial em Portugal. **História (São Paulo)**, v. 34, n. 1, p. 128-147, 2015.
<https://www.redalyc.org/pdf/2210/221039756009.pdf>

Melo, C. C. F.; Cruz, M. L. B. Conflitos territoriais entre famílias e migração interna nos sertões dos inhamuns. **Revista GeoUECE**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 95-104, 2021. DOI:
<https://doi.org/10.26694/equador.v3i2.2081>

Mesquita, G. O discurso histórico do Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre. **Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens**, v. 1, n. 1, p. 136-153, 2016.
<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistanos/issue/view/423>

Moreira, E. M. **A criminalização dos trabalhadores rurais no polígono da maconha**. [dissertação] Mestrado. Sociologia e Direito. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense, 2007.
<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/teste/arqs/cp052175.pdf>

Moreira, E. M. Observações Sobre a Situação do Trabalhador Rural Preso no Polígono da Maconha do Brasil. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**. v. 43, n. 0, p. 1-19, 2005.
<https://revistas.ufpr.br/direito/article/viewFile/6997/4975>

Muccini, S.; Malta, S. Período pioneiro da hidrelétrica do Paulo Afonso-BA: Uma contribuição à historiografia de base local e regional. **Rios Eletrônica**. v. 1, n. 1, p. 72-88, 2007. <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/676/675>

Ojima, R.; Fusco, W. Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização. In: Ojima, R.; Fusco, W. **Migrações Nordestinas no Século 21 – Um Panorama Recente**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015.

Oliveira, A; Zaverucha, J; Rodrigues, E. Polígono da Maconha: contexto socioeconômico, homicídios e atuação do Ministério Público. **Coleção Segurança com Cidadania**, v. 1, p. 175-194, 2009. <https://docplayer.com.br/77965205-Colecao-seguranca-com-cidadania.html>

Oliveira, T. P. P. **A longa permanência da violência como valor no sertão central pernambucano e suas relações com as territorialidades étnicas**. Boletim do Tempo Presente. 2011. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php>. Acesso em: 27 jan 2024.

Pacheco-Neto, M. O chamamento do Sertão? As expedições de caça ao índio. *In: Pacheco-Neto, M. A escravidão indígena e o bandeirante no Brasil colonial: Conflitos, apresamentos e mitos.* Dourados: Editora da UFGD, 2015.

Patriota, R. C.; Sá, L. A. C. M.; Sato, S. S. **Origem, Características e Distribuição Espacial da Cannabis do Polígono da Maconha no Estado de Pernambuco.** Anuário do Instituto de Geociências, v. 44, e40949, 2021. DOI: https://doi.org/10.11137/1982-3908_2021_44_40949
Pellegriani, M. Maconha brasileira abastece 40% do mercado nacional. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-produz-40-da-maconha-que-consome-3589.html> Acesso em: 27 jan 2024.

Pessoa, S. R. N.; Milani, A. M. R. Análise da política nacional de desenvolvimento regional (2003-2010) sobre a economia do Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste.** v. 47, n. 3, p. 45-60, 2016. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2016.408>

Porto, G. C. S. Gênese e dimensões da rede de vilas e núcleos de ocupação na Bahia no setecentos. **GeoTextos**, v. 14, n. 2, p. 89-115, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9771/geo.v14i2.27443>

Rezende, D.; Rosa, T. Regulação do uso medicinal de Cannabis no Brasil em nível subnacional: análise de projetos de leis estaduais. *In: Fraga, P.; Rosa, L.; Rezende, D. (orgs.). De maconha à Cannabis: entre política, história e moralidades.* Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023. p. 150-167. <https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2023/09/De-maconha-%C3%A0-cannabis-entre-pol%C3%ADtica-hist%C3%B3ria-e-moralidades-Editora-UFJF.pdf>

Ribeiro, A. M. Sindicalismo, barragens e narcotráfico. *In: Moreira, R. J.; Costa, L. F. C. (Orgs.). Mundo rural e cultura.* Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

Rocha, A. P. B.; Dantas, E. M.; Moraes, I. R. D.; Oliveira, M. S. **Geografia do Nordeste.** 2ª ed. Natal: UDUFRN, 2010.

Rosa, L. Cultivo do cânhamo no Brasil. *In: IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas.* Anais. Ribeirão Preto: São Paulo, 2018. https://www.abphe.org.br/uploads/Encontro_2018/DA%20ROSA.%20CULTIVO%20DO%20C%82NHAMO%20NO%20BRASIL.pdf

Souza, I. P. **Do engenho à usina:** estudo diacrônico da terminologia do açúcar. [dissertação] Mestrado. Filologia e Língua Portuguesa. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2007. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-26102007-154413/publico/DISSERTACAO_IVAN_PEREIRA_SOUZA.pdf

Torres, R. L.; Gomes, C. P.; Beatrice, F. O.; Calderari, E. B. Evolução institucional da Sudene: gênese, extinção e recriação. **Revista Política e Planejamento Regional**. v. 6, n. 2, p. 164-183, 2019. <https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/artigo-evolucao-institucional-da-sudene-genese-extincao-e-recricao.pdf>

Vainfas, R. O sertão e os sertões na história luso-brasileira. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**. v. 19, p. 225-245, 2019. DOI: https://doi.org/10.14195/1645-2259_199.

Viana, J. P. T.; Silva-Neto, D. F. Desenvolvimento regional do Nordeste: um olhar sobre o GTDN; impressões e contribuições. *In: I Congresso Internacional de Meio Ambiente e Sociedade*. Anais. Campina Grande: Paraíba, 2019. https://editorarealize.com.br/editora/anais/conimas-e-conidis/2019/TRABALHO_EV133_MD1_SA52_ID500_05092019000154.pdf

Vieira, R. M. Celso Furtado: o projeto de construção capitalista do Nordeste. *In: VIEIRA, R. M. Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)*. Santo André: Editora UFABC, 2019, pp. 209-221. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786589992271>

Villela, J. M. Coragem e Vergonha. Os mortos e a vingança no sertão de Pernambuco. Campos – **Revista de Antropologia**, v. 19, n. 2, p. 67-85, dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/cra.v19i2.64939>.

Recebido em: 01 de fevereiro de 2024.

Aprovado em: 15 de abril de 2024.